

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

NÚCLEO DE ESTUDO E ACOMPANHAMENTO DAS EXECUÇÕES DE PENA NA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS NA COMARCA DE PONTA GROSSA

Rauli Gross Junior (rauli@hilgenbergadvogados.com.br)
Vaderlei Schneider De Lima (vslima@uepg.br)

RESUMO – O projeto de extensão “*Núcleo de estudo e acompanhamento das execuções de pena na Vara de Execuções Penais na comarca de Ponta Grossa*”, está vinculado área dos Direitos Humanos, oportunizando aos discentes do curso de Direito da UEPG a participação de forma empírica no processo de execução e reinserção social dos apenados carentes da comarca, debatendo as Políticas Criminais implantadas através da conciliação da teoria do direito material e processual com o desenvolvimento da Prática Penal junto ao NPJ. A maioria dos apenados da região encontram-se desamparados de assistência jurídica, principalmente pela ausência de uma defensoria pública ativa no Estado do Paraná, o que implica no cerceamento de direitos pela ausência de acompanhamento da execução das penas, o que dificulta a concessão de benefícios e, conseqüentemente, agrava ainda mais o problema da superlotação nos estabelecimentos Prisionais da região. Entre os principais objetivos do projeto está o acompanhamento processual e o levantamento de dados referentes ao perfil dos apenados cuja execução da pena se concentra na Vara de Execução Penal da Comarca de Ponta Grossa, visando à confecção de petições requerendo benefícios ao juízo responsável, garantindo assim o atendimento jurídico aos detentos carentes da região. O projeto através levantamento de dados estatísticos sobre o perfil dos apenados como idade, tempo de condenação, grau de instrução, profissão, que são tabulados a partir de informações prestadas pelas secretarias dos estabelecimentos prisionais e pela VEP, oportunizam o estudo sobre questões sociais, culturais e econômicas da vida do apenado, informações que auxiliarão no desenvolvimento de Políticas Públicas de ressocialização e reinserção social, assim como para conhecimento e divulgação da atual situação carcerária das unidades prisionais da cidade.

PALAVRAS CHAVE – sistema prisional; execução penal; reinserção social; reabilitação; reincidência.

Introdução

Entre os diversos problemas socioeconômicos que flagelam nosso país, o Projeto destaca os relacionados à Segurança Pública, em decorrência do clamor social pela eficiência de um sistema de justiça que proteja a comunidade contra aqueles que violam as regras legalmente instituídas. Entre os aspectos jurídicos que envolvem o Processo Penal e sua eficiência em Ponta Grossa, o Projeto destaca a discussão relacionada a penalização do indivíduo que está diretamente ligada aos procedimentos da Vara de Execução Penal da comarca.

O Projeto tem como área de concentração Direito e Organizações Públicas, voltado à implementação de políticas criminais no âmbito da execução da pena, visando garantir o acesso a justiça e a proteção aos Direitos Fundamentais do apenado, face a inexistência no atual modelo carcerário de instrumentos que otimizem a reabilitação dos detentos, dando enfoque a discussão sobre a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná enquanto instituição gestora.

Enquanto elemento de uma política pública, a punição de um criminoso envolve não somente o aspecto expiatório, mas principalmente um processo de reabilitação e reinserção social que não poderá ser aplicado de forma impositiva, dependendo esta medida da investigação das

causas do desvio de comportamento que na maioria das vezes está relacionada a questões de ordem social, consequência da ausência de Políticas Públicas adequadas quando da formação do indivíduo.

O projeto trabalha com o levantamento de dados em relação ao perfil dos detentos da região de Ponta Grossa, e os resultados demonstram que apesar de algumas particularidades regionais, o apenado de Ponta Grossa acompanha o perfil nacional, com índices de baixa escolaridade, faixa etária jovem, ausência de qualificação profissional, e cuja incidência criminal prevalece os crimes de natureza patrimonial relacionados diretamente ou indiretamente ao consumo de drogas, fatores que devem ser considerados no processo de execução penal para otimizar a reabilitação e reinserção social do recluso visando inibir a reincidência e incidência criminal.

A Lei de Execução Penal enquanto norma reguladora dos procedimentos punitivos nos estabelecimentos prisionais do país é observada apenas como instrumento de punição, porém esta mesma norma prescreve direitos e não somente deveres aos apenados enquanto estejam sob a custódia do Estado, premissa prevista na Constituição Federal como garantia da preservação dos Direitos Fundamentais.

O Projeto incentiva o debate e a discussão de novas políticas sociais, que oportunizem a aplicação de medidas punitivas adequadas à personalidade do delinquente, visando a efetividade da reabilitação, através de um trabalho preventivo, com a participação da sociedade em todas as fases do processo de execução, através dos Conselhos Municipais, das Pastorais Carcerárias, Igrejas Evangélicas e das Instituições de Ensino Jurídico, entre outras, para que o apenado seja efetivamente reabilitado enquanto pessoa, o que ocorrerá em benefício da própria sociedade.

Objetivos

O desenvolvimento do projeto de extensão "*Núcleo de estudo e acompanhamento das execuções de pena na Vara de Execuções Penais na comarca de Ponta Grossa*", tem como principal objetivo prestar assistência aos apenados carentes da região e simultaneamente realiza um acompanhamento periódico dos processos junto a Vara de Execução Penal da comarca, auxiliando o respectivo cartório a dar encaminhamento a benefícios dos apenados, tendo em vista a ausência de suporte jurídico adequado nos estabelecimentos prisionais da região e pelo fato da Defensoria Pública estar em fase inicial de instalação na cidade.

Este acompanhamento periódico visa diagnosticar e auxiliar no desenvolvimento processual da Vara de Execução Penal, cujo levantamento de dados relacionados ao perfil dos detentos será utilizado para o desenvolvimento de outros projetos relacionados a reabilitação e reinserção social dos apenados, como forma de dar efetividade à Lei de Execução Penal e garantindo o respeito aos princípios constitucionais.

Entre os Objetivos específicos do Projeto está: 1) Orientação dos detentos acerca de seus direitos e deveres; 2) Acompanhamento do processo de execução de penas junto a Vara de Execução Penal da comarca; 3) Oportunizar aos acadêmicos do 5º ano do Curso de Direito o desenvolvimento de atividades acadêmicas em situações reais de práticas jurídicas relacionadas a Execução de Penas na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e no Mini Presídio Hildebrando de Souza; 4) Desenvolvimento de Projetos de inclusão social que otimizem o acesso a cultura dos detentos seja através da Leitura, acesso a Filmes relacionados aos Direitos Humanos, entre outras atividades; 5) Promover palestras e seminários sobre as Políticas de Reabilitação e Reinserção Social dos detentos. 6) Realização de oficinas temáticas para divulgação e debate sobre a Lei de Execução Penal. 7) Fortalecimento da participação dos acadêmicos da UEPG em questões que envolvam os problemas sociais da região, assim como a ampliação do campo de estágio.

No âmbito institucional o projeto prevê a criação em caráter permanente na Universidade Estadual de Ponta Grossa o Núcleo de Estudos Execução Penal junto a VEP de Ponta Grossa, dando apoio aos projetos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Ponta Grossa.

Metodologia

O projeto visa o acompanhamento de casos e assistência jurídica perante a Vara de Execução de Ponta Grossa, através do Núcleo de Prática Jurídica da UEPG, e se desenvolve a partir da análise de casos práticos e através de entrevistas com detentos, promovendo debates e o estudo dirigido com os acadêmicos do curso de Direito sobre as causas do desvio de comportamento, e de aspectos que envolvem o processo de execução e reabilitação criminal dos apenados. Ainda que prevaleça durante a execução do Projeto como Metodologia aulas expositiva e análise processos de

execução, os Discentes mediante acompanhamento do coordenador do Projeto desenvolvem visitas periódicas à Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, ao Mini Presídio Hildebrando de Souza e a Vara de Execução Penal da comarca de Ponta Grossa para o levantamento de dados processuais. Outra dinâmica desenvolvida é a realização de palestras sobre a violência e incidência criminal perante as associações de bairro, clubes de serviço e/ou outros locais que se fazem necessários, bem como para alunos do ensino médio e fundamental. A metodologia utilizada para o levantamento de dados do perfil dos detentos representadas por três tabelas, ocorreu de forma periódica entre os meses de março a setembro de 2013, através da análise dos relatórios fornecidos pela secretaria da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, tendo como técnica de pesquisa a coleta de dados específicos pré-determinados pela coordenação referentes a faixa etária, tipo penal, grau de escolaridade, qualificação profissional, tempo de condenação, índice de reincidência criminal, correspondendo os resultados apresentados aos dados apurados no final do mês de setembro de 2013. Os levantamentos apurados em todo o período demonstram que os números apresentados seguiram o mesmo padrão durante todo o período e tendem a persistir pelo perfil social, cultural e econômico dos detentos da região.

Resultados

No ano 2013 foram levantados dados junto a Vara de Execução Penal da comarca de Ponta Grossa, a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, e Mini Presídio Hildebrando de Souza, ocorrendo à análise de planilhas fornecidas pelos referidos estabelecimentos, resultando no levantamento de dados sobre o perfil dos presos e dos tipos penais mais incidentes na região.

Através de tais análises puderam observar que o número de vagas nos estabelecimentos penais da cidade é insuficiente para atender a demanda existente, principalmente em relação ao Mini Presídio Hildebrando de Souza, cuja capacidade é de 207 vagas, e ultrapassou ao final do ano de 2013 a marca de 600 reclusos, mantendo uma média anual superior a 560 reclusos, cuja rotatividade pode ser acompanhada através de relatórios semanais fornecidos pela secretaria do estabelecimento.

Com base em tais relatórios os discentes elaboraram peças referentes a benefícios de Progressão de Regime, Remição de Pena, Comutação de Pena, entre outros, tendo em vista que muitos detentos não possuem defensor constituído na fase de execução da pena, necessitando de acompanhamento processual para garantir o exercício de seus direitos.

Os levantamentos traçados pelo Projeto referentes ao perfil dos detentos da comarca, apresentaram números referentes aos tipos penais, faixa etária, grau de escolaridade, qualificação profissional, entre outros, que foram encaminhados a entidades que prestam auxílio aos detentos da comarca em diferentes áreas a exemplo do Conselho da Comunidade e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC-Ponta Grossa, entidade que surgiu em decorrência do Projeto Extensão, e que está em fase de implantação na cidade vinculado a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná – SEJU, tendo como presidente do Conselho Deliberativo o Prof. Rauli Gross Junior, eleito para o mandato de 4 anos.

Portanto, os resultados alcançados pelo Projeto nos primeiros anos demonstram a sua importância como instrumento que visa auxiliar as autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo, gerindo a Execução Penal através da comunidade, prestando atendimento e assessoramento aos presos condenados as penas privativas de liberdade, objetivando a recuperação e reintegração social do condenado, e, em uma perspectiva mais ampla, protegendo a sociedade, e promovendo a justiça.

Entre os principais resultados está à criação da APAC-Ponta Grossa, entidade que irá trabalhar como principal parceira do Projeto e necessitará do apoio acadêmico e institucional do curso de Direito da UEPG, motivo pelo qual a reedição do projeto entre 2013-2015 vinculou as atividades da APAC-Ponta Grossa ao Projeto de Extensão.

Foram também desenvolvidas atividades junto ao Conselho da Comunidade da cidade para a criação de uma Biblioteca no Mini-Presídio Hildebrando de Souza, atividade que resultou na Arrecadação de aproximadamente 500 Livros e 400 Periódicos, Projeto denominado **“Remição da Pena através da Leitura”**.

Com o apoio da Direção do Mini-Presídio Hildebrando de Souza, iniciou-se o projeto de alfabetização dos detentos, sendo que o Vice-Diretor da unidade o Sr. Everton cadastrou-se junto a Secretaria de Educação Estadual no Projeto Paraná Alfabetizando, e passou a ministrar aulas para aproximadamente 50 detentos analfabetos. Outro projeto desenvolvido juntamente com o apoio da Delegacia do Trabalho da cidade através do acadêmico Sanderson Jair Pereira, foi a confecção de Carteiras de Trabalho para os detentos, visando garantir aos mesmos a oportunidade de ingressarem

no mercado de trabalho de forma regular, visto que pelo levantamento de dados colhidos durante o desenvolvimento do Projeto, verificaram que grande parte dos detentos trabalha de forma informal ou sem qualquer registro de vínculo empregatício.

Em relação ao levantamento de dados segue abaixo tabelas com informações colhidas no final do mês de setembro de 2013, na Unidade da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa¹, onde foram feitos os seguintes levantamentos:

- a) **perfil profissional – Tabela 01**, demonstra que as áreas de atuação não exigem capacitação profissional e a remunerações é relativamente baixa.
- b) **Grau de instrução – Tabela 02**, os resultados demonstram que os apenados possuem baixo grau de escolaridade, existindo muitos analfabetos e a grande maioria com ensino fundamental incompleto.
- c) **Tipos Penais – Tabela 03**, os dados colhidos demonstram que o crime de tráfico lidera a incidência criminal, sendo que os homicídios e os crimes de ordem patrimonial na maioria dos casos analisados está relacionada direta ou indiretamente ao crime de tráfico.

Perfil Profissional

Áreas de Comércio	22
Área de Transporte	12
Mecânico de veículo e similares	17
Serviços Gerais	86
Trabalhador rural, florestal ou mineral	33
Pedreiro	31
Pintor	31
Trabalhador da Construção Civil	82
Área de Produção	16

Tabela 01

Grau de Instrução

Analfabeto	37
Alfabetizado	84
Ensino fund. Incompleto	299
Ensino fund. Completo	43
Ensino médio incompleto	62
Ensino médio completo	20
Ensino superior incompleto	6
Ensino superior completo	3
Ensino acima do sup. Completo	0
Analfabeto	37
Alfabetizado	84

Tabela 02

Tipos Penais

Tráfico	206
Disparo/posse/porte ilegal de arma	44
Homicídio	129
Sequestro e cárcere privado	5
Lesão Corporal	25
Furto	171
Roubo	131
Latrocínio	61
Extorsão	8
Estelionato	4
Estupro	36

Tabela 03

¹ Fonte planilhas de dados fornecidas pela PEPG - Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e CRAPG (Centro de Regime Semiaberto Ponta Grossa durante o mês de setembro de 2013.

Conclusões

Através do relatório final com o perfil dos detentos e levantamento da situação carcerária local, comprovou-se que um dos principais problemas dos estabelecimentos prisionais da cidade está na ausência de Políticas Públicas voltadas a profissionalização, evangelização e desenvolvimento escolar e cultural dos apenados durante a execução da pena, preparando-os para retornar a sociedade e ao mercado de trabalho, além da ausência de uma Defensoria Pública operante que garanta efetividade dos seus direitos, fatores que certamente influenciaram para o aumento da população carcerária no Mini-presídio Hildebrando de Souza e nas demais cadeias públicas locais situadas nas delegacias abrangidas pela VEP local durante o ano de 2013.

Os apenados apresentaram um perfil cuja análise demonstra² que a maioria tem um baixo grau de periculosidade, cuja reincidência ocorre em aproximadamente 80% dos casos, cujos crimes estão relacionados geralmente a utilização de drogas e voltados a questões de ordem patrimonial, sendo que a maioria dos apenados são homens (80%), com idade entre 18 a 40 anos, e não possuem escolarização e tão pouco qualquer tipo de qualificação profissional, e pela ausência de oportunidades no mercado de trabalho e pela própria influência do meio social em que vivem normalmente voltam a delinquir.

Os acadêmicos que participaram do projeto puderam visitar as Unidades Prisionais da cidade verificando as suas estruturas e a forma de funcionamento, assim como passaram a compreender através dos relatórios e peças apresentadas que os detentos locais possuem um perfil próprio, e que não há um acompanhamento periódico dos processos de Execução Penal, e em relação aos fatores que geraram o desvio de comportamento não existe um programa efetivo de reabilitação e reinserção social dos detentos, daí os altos índices de reincidência local.

Com a criação da APAC Ponta Grossa que é sendo presidida pelo Coordenador do projeto, os trabalhos poderão ser ampliados através da reedição e assim que efetivada a implantação da unidade da APAC em na cidade, não somente para a assistência jurídica dos apenados, mas para a criação de mecanismos que viabilizem a reabilitação e reinserção social dos detentos, através da análise do perfil dos apenados e conseqüentemente com o desenvolvimento de atividades pedagógicas, profissionalizantes e evangelizadoras as quais certamente irão reduzir os índices de reincidência criminal em Ponta Grossa.

Referencias

- BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral**, vol.1, São Paulo : Saraiva.
- BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal**. São Paulo : Saraiva.
- CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
- DOTTI, R. A. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense.
- GRECO FILHO, V. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
- MATOS, J. C. de. **Prática e Teoria do Direito Penal e Processo Penal**. Campinas: Bookeseller.
- MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas.
- NORONHA, E. M. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva.
- TORNAGHI, H. B. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

² Fonte planilhas de dados fornecidas pela PEPG - Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e Mini Presidio Hildebrando de Souza, período de março a setembro de 2013.